

ANTI-EUROCENTRISMO EUROCÊNTRICO*

ANTI-EUROCENTRISMO EUROCÉNTRICO

EUROCENTRIC ANTI-EUROCENTRISM

DOI: <http://doi.org/10.9771/gmed.v14i1.46481>

Ellen Meiksins Wood¹

[Tradução: Lucas Werlang Girardi² e Carolina Ferreira de Figueiredo³]

Resumo: texto publicado por Ellen Meiksins Wood na revista *Against the Current*, em 2001, com introdução de um de seus editores, David Finkel. Em seu escrito, a historiadora e cientista política marxista aborda a questão do Eurocentrismo em sua relação com o capitalismo, estabelecendo críticas às recentes tentativas de autores em buscar combater a “arrogância cultural” europeia a partir de modelos explicativos que são, originalmente, expressões do próprio Eurocentrismo. Daí o título de seu artigo, *Eurocentric Anti-Eurocentrism*, em que Wood estabelece uma síntese de parte das reflexões de seu livro *The Origin of Capitalism (1999)* [*A origem do capitalismo (2001)*]. Seu principal argumento, em diálogo com os famosos debates sobre a transição do feudalismo para o capitalismo – em especial com o historiador Robert Brenner –, versa sobre como a dinâmica do sistema capitalista teria sido acionada a partir de relações de propriedade específicas no meio rural da Inglaterra. A proposta de Wood alerta para o perigo da naturalização do capitalismo e sua associação a um devir histórico inevitável para qualquer sociedade, europeia ou não; uma armadilha que enreda no Eurocentrismo mesmo aqueles que buscam criticá-lo, ao reproduzirem o seu principal fundamento: o capitalismo.

Palavras-chave: Eurocentrismo. Capitalismo. Debates sobre a transição. Imperialismo.

Resumen: texto publicado por Ellen Meiksins Wood en la revista *Against the Current*, en 2001, con una introducción de uno de sus editores, David Finkel. En sus escritos, la historiadora y politóloga marxista aborda el tema del Eurocentrismo en su relación con el capitalismo, criticando los recientes intentos de los autores de combatir la “arrogancia cultural” europea basada en modelos explicativos que son, originalmente, expresiones del propio Eurocentrismo. De ahí el título de su artículo, *Eurocentric Anti-Eurocentrism*, en el que Wood aporta una síntesis de parte de las reflexiones de su libro *The Origin of Capitalism (1999)* [*El origen del capitalismo (2021)*]. Su argumento principal, en diálogo con los famosos debates sobre la transición del feudalismo al capitalismo – en particular con el historiador Robert Brenner –, trata de cómo la dinámica del sistema capitalista se habría activado a partir de relaciones de propiedad específicas en el medio rural de Inglaterra. La propuesta de Wood advierte del peligro de la naturalización del capitalismo y su asociación con un futuro histórico inevitable para cualquier sociedad, europea o no; una trampa que enreda en el Eurocentrismo incluso a quienes buscan criticarlo, reproduciendo su fundamento principal: el capitalismo.

Palabras clave: Eurocentrismo. Capitalismo. Debates sobre la transición. Imperialismo.

Abstract: text published by Ellen Meiksins Wood in the journal *Against the Current*, in 2001, with an introduction by one of its editors, David Finkel. In her writing, the Marxist historian and political scientist addresses the issue of Eurocentrism in its relationship with capitalism, criticizing recent attempts by authors to fight European “cultural arrogance” based on explanatory models that are, originally, expressions of Eurocentrism itself. Hence the title of her article, *Eurocentric Anti-Eurocentrism*, in which Wood provides a synthesis of part of the reflections of her book *The Origin of Capitalism (1999)*. Its main argument, in dialogue with the famous debates about the transition from feudalism to capitalism – in particular with the historian Robert Brenner –, deals with how the dynamics of the capitalist system would have been activated from specific property relations in England’s countryside. Wood’s proposal warns us of the danger of the naturalization of capitalism and its association with an inevitable historical becoming for any society,

European or not; a trap that entangles in Eurocentrism even those who seek to criticize it, by reproducing its main foundation: capitalism.

Keywords: Eurocentrism. Capitalism. Transition debate. Imperialism.

Preâmbulo, por David Finkel (editor da Against the current)

A questão do “Eurocentrismo” é um incômodo não apenas para a academia, mas para a esquerda. No sentido mais amplo, Eurocentrismo pode ser entendido como a visão implícita que sociedades e culturas de origem europeia constituem a norma “natural” para avaliar o que acontece no resto do mundo.

Dentro desta vasta área de debate, um tópico particular tem sido objeto de um intenso escrutínio entre estudiosos: a real ou suposta centralidade da Europa em preparar a explosão do desenvolvimento econômico, ciência e tecnologia, o Iluminismo e a expansão do papel do indivíduo – assim como a exploração intensificada e a conquista colonial – que anunciou o mundo moderno.

Todas essas coisas, tomadas em conjunto, são comumente consideradas sinônimos de *capitalismo*. É precisamente esta identificação que é desafiada neste artigo pela historiadora marxista Ellen Meiksins Wood, juntamente com a noção de que atribuir origens agrárias europeias ao *capitalismo* implica uma visão da Europa como uma vanguarda civilizadora.

Outros escritores, incluindo o falecido J.M. Blaut, argumentaram que suposições eurocêntricas têm permeado a teorização da esquerda sobre as origens da modernidade tão completamente como elas têm dominado a teoria convencional de “modernização”. Uma ampla gama de acadêmicos negros e escritores do Terceiro Mundo contribuíram para a discussão.

Os editores de *Against the Current* esperam que a contribuição de Ellen Wood começará uma troca partindo de uma série de questões relacionadas particularmente ao debate teórico e histórico sobre as origens capitalistas – mas também conectando essa investigação acadêmica com algumas das questões para a esquerda no sistema capitalista global atual. Enquanto esta discussão é apenas uma parte do desenvolvimento para um entendimento maior das dinâmicas das lutas de libertação e movimentos anticapitalistas, historicamente e hoje, acreditamos que pode ser um que vale a pena.

Como qualquer boa socialista, eu acredito fervorosamente que a luta contra o racismo, o imperialismo e a “arrogância cultural” europeia é absolutamente essencial para nosso projeto. Eu também acredito que o conhecimento projetado para combater o “Eurocentrismo” tem, frequentemente, produzido resultados extremamente importantes ao desafiar a ideia – que vem em muitas formas diferentes – que “o Ocidente” sempre foi, por uma razão ou outra, superior a todas as outras civilizações e está destinado a se manter assim. Mas existem certas coisas sobre a luta contra o Eurocentrismo que eu nunca entendi.

Existem, para começar, problemas sérios envolvidos em aglutinar uma ampla variedade de escritores na categoria “Eurocentrismo”, como se todos eles se centrassem na Europa da mesma maneira, e como se todos eles dividissem o mesmo desprezo pelos não-europeus. A categoria inclui racistas que

insistem na superioridade natural dos europeus sobre asiáticos, africanos e nativos americanos; chauvinistas culturais que pensam que, por qualquer motivo, “o Ocidente” alcançou um nível mais alto de desenvolvimento cultural e “racionalidade” que lhe deu uma vantagem em todos os outros aspectos; deterministas ambientais que acreditam que a Europa tem algumas vantagens ecológicas distintas; historiadores não-racistas que não dão atenção suficiente para o papel do imperialismo do Ocidente na história europeia; e marxistas que não são nem racistas, nem chauvinistas culturais, nem deterministas ecológicos, nem inclinados para subestimar os males do imperialismo, mas que acreditam que certas condições históricas específicas na Europa, que não tem nada a ver com uma superioridade europeia, produziu certas consequências históricas específicas – como a ascensão do capitalismo.

Mas apesar desses problemas no conceito de “Eurocentrismo”, ninguém pode negar que existe algo como a “arrogância cultural” europeia, e nós temos que aceitar que há razões mais do que suficientes para contestar concepções de história que colocam europeus no centro do universo, em detrimento, ou à exclusão, de todos os outros. A ideia de “Eurocentrismo”, com todas as suas falhas, deveria ao menos nos colocar em alerta contra tais práticas culturais.

É por isso que eu estou intrigada pelas histórias *anti*-eurocêntricas, especialmente as histórias do capitalismo. O que mais me intriga sobre elas é que, sem exceções (até onde sei), elas estão baseadas nas suposições mais eurocêntricas – para não dizer burguesas.

Invertendo o Eurocentrismo

Vamos olhar primeiro para a explicação “eurocêntrica” padrão sobre como e onde o capitalismo começou. Explicações europeias não-marxistas convencionais do desenvolvimento do capitalismo, desde pelo menos o século XVIII, têm se baseado em duas suposições relativamente simples. Começando com o conceito de capitalismo como simplesmente “sociedade comercial” (como chamado por Adam Smith e outros), eles assumem que este foi, principalmente, o resultado do crescimento de cidades e comércio; e segundo, que este processo de comercialização alcançou sua maturidade quando uma massa crítica de riqueza foi coletada.

Nós podemos chamar estas duas suposições de *o modelo mercantil de desenvolvimento capitalista*, e *a teoria clássica de acumulação primitiva*. O que está faltando nestas explicações do desenvolvimento capitalista é qualquer concepção do capitalismo como uma forma social historicamente específica, um sistema com condições históricas sem precedentes, certas relações de produção ou relações sociais de propriedade muito específicas, que geram “leis de movimento” igualmente específicas e únicas. Não há nenhum reconhecimento de que o capitalismo é um sistema de relações sociais em que a maximização do lucro e a constante necessidade de revolucionar as forças produtivas são condições básicas e inescapáveis de sua sobrevivência, como nunca foram em qualquer outra forma social.

Em vez disso, o capitalismo é concebido como um resultado mais ou menos natural de práticas humanas antigas e virtualmente universais, as atividades de troca, que aconteceram não apenas em cidades desde tempos imemoriais, mas também em sociedades agrárias. Em algumas versões deste modelo

mercantil, estas práticas são tratadas inclusive como a expressão de uma inclinação humana natural, na famosa frase de Adam Smith, “negociar, permutar e trocar”.

Em outras palavras, nestas considerações, o capitalismo não tem realmente um começo, e seu desenvolvimento não envolve realmente uma transição de um modo de produção para outro bastante diferente. Eles tendem a tratar o capitalismo como certo, assumir sua existência latente desde o alvorecer da história, e “explicar” seu desenvolvimento, na melhor das hipóteses, descrevendo como *obstáculos* para sua progressão natural foram removidos em certos lugares ao contrário de outros.

Certamente, nestas narrativas é o Ocidente que foi o mais bem sucedido em remover tais obstáculos. Os principais impedimentos seriam as formas políticas e legais “parasitárias”, como o feudalismo ou alguns tipos de monarquia, que foram rejeitadas pelo Ocidente. Também haveria algumas barreiras externas, como o fechamento de rotas comerciais pelas invasões “bárbaras” de um tipo ou de outro, de modo que o capitalismo realmente decolou quando as rotas comerciais foram reabertas.

Outros impedimentos frequentemente citados na explicação convencional são as superstições “irracionais” e certos tipos de crenças e práticas religiosas ou culturais. Então, outro corolário comum desta visão é que o desenvolvimento econômico no Ocidente foi associado com o progresso da “razão”, o que significa qualquer coisa desde a filosofia iluminista até os avanços científicos e tecnológicos e a organização “racional” (*i. e.*, capitalista) da produção. A partir destas considerações, tende-se a seguir que os agentes do progresso eram comerciantes ou “burgueses”, os portadores da razão e da liberdade, que só precisavam ser libertados da obstrução feudal para que eles pudessem fazer a história avançar junto com seu curso natural e predestinado.

Como, então, histórias anti-eurocêntricas diferem destas explanações clássicas sobre a origem do capitalismo? As críticas geralmente utilizam de uma ou duas formas entre duas possíveis.

Primeiro, eles negam a “superioridade” da Europa e enfatizam a importância, na verdade o domínio, de economias não-europeias e redes comerciais através da maior parte da história humana, assim como o nível de desenvolvimento tecnológico alcançado por alguns de seus principais atores (por exemplo, o argumento de Andre Gunder Frank acerca da dominação asiática sobre a economia global que, ele argumenta, durou até 1750-1800) (GUNDER FRANK, 1998); e/ou segundo, eles enfatizam a importância do imperialismo europeu no desenvolvimento do capitalismo.

Frequentemente, essa segunda tese tem relação com o papel do imperialismo britânico, particularmente os lucros das monoculturas de açúcar [*sugar plantations*] e o tráfico de escravos no desenvolvimento do capitalismo *industrial*, embora 1492 também seja um marco importante na incipiente ascensão do capitalismo, como é para J.M. Blaut, que atribui o desenvolvimento econômico europeu em grande medida das riquezas saqueadas nas Américas. (BLAUT, 1993; 2000)

Estas duas teses podem ser combinadas no argumento de que as potências comerciais dominantes não-europeias poderiam e provavelmente produziram o capitalismo (ou talvez até o tenham, embora seu desenvolvimento posterior tenha sido impedido), se apenas elas não tivessem sido roubadas pelo imperialismo ocidental.

Agora certamente, nenhum historiador sério hoje em dia negaria a importância do comércio e da tecnologia na Ásia e em outras partes do mundo não-europeu, ou, nesse sentido, o nível relativamente modesto de desenvolvimento atingido pelos europeus antes da ascensão do capitalismo. Nem qualquer historiador, especialmente de esquerda, negaria a importância do imperialismo na história europeia e o terrível dano que causou. A questão, entretanto, é o que isto tem a ver com o *capitalismo*, e neste ponto, os argumentos anti-eurocêntricos tendem a cair precisamente nas armadilhas eurocêntricas (e burguesas) que pretendem evitar.

Uma coisa extraordinária sobre as críticas anti-eurocêntricas é que elas partem das mesmas premissas das explicações eurocêntricas padrão, o mesmo *modelo mercantil* e o mesmo conceito de *acumulação primitiva*. Mercadores ou comerciantes em todo e qualquer lugar são vistos como potenciais, senão de fato, capitalistas, e quanto mais ativos, com maior amplitude e ricos eles são, mais avançados eles estão na estrada do desenvolvimento capitalista. Nesse sentido, muitas partes da Ásia, África e das Américas estavam em sua trajetória para o capitalismo antes do imperialismo europeu que, de um modo ou de outro, bloqueou seus caminhos.

Nenhuma dessas críticas parece negar que em algum momento, a Europa divergiu de outras partes do mundo, mas esta divergência está associada com a “revolução burguesa” e/ou com o advento do capitalismo industrial, quando foi acumulada riqueza suficiente pelos meios de troca e expropriação imperialista. Como o comércio estava espalhado em outras partes do mundo, o imperialismo foi o fator essencial na distinção da Europa dos demais, porque deu às potências europeias a massa crítica de riqueza que finalmente a diferenciou de outras potências comerciais.

Então, por exemplo, J.M. Blaut fala sobre “protocapitalismo” na Ásia, África e Europa, e argumenta que a ruptura que distinguiu a Europa do resto ocorreu apenas depois que a riqueza adquirida pelo saque das Américas tornou possível dois tipos de revolução na Europa, primeiro a “burguesa” e depois a “industrial”. “Eu uso a palavra ‘protocapitalismo’,” ele diz, “não para introduzir um termo técnico, mas para evitar o problema de definir outro termo, ‘capitalismo’.” (BLAUT, 1993, p.165)

Esta evasão é surpreendentemente cândida, mas também reveladora. Como Blaut não concebe o capitalismo enquanto uma forma social específica, ele não pode ter uma concepção clara de modos de produção não capitalistas ou pré-capitalistas com princípios de operação diferentes, e nem a concepção da transição de um para o outro. Práticas comerciais se transformam em “protocapitalismo”, que cresce para o capitalismo “moderno”.

“Protocapitalismo”, argumenta Blaut, finalmente amadurece para o capitalismo “moderno” por causa da riqueza acumulada das colônias. Aqui, a Europa teria uma vantagem “posicional” distinta porque as Américas eram relativamente acessíveis aos impérios europeus. Foi esta crucial vantagem geográfica, acredita Blaut, que deu a Europa acesso privilegiado à riqueza necessária para dar início às suas revoluções burguesa e industrial.

As “revoluções burguesas” que, de acordo com Blaut, em primeiro lugar verdadeiramente distinguiu a Europa do resto do mundo, finalmente conferiu poder político para as classes que enriqueceram especialmente com a fortuna colonial, e permitiu-lhes prosseguir com os negócios do desenvolvimento

capitalista sem ser impedidos por forças não capitalistas. Uma vez que tomaram o poder, eles conseguiram mobilizar o Estado para facilitar a acumulação e criar a infraestrutura para o desenvolvimento industrial. A partir de então, a Revolução Industrial, embora não tenha ocorrido de um dia para o outro, era inevitável.

Nesta versão, os ecos da velha narrativa eurocêntrica e burguesa são realmente estranhos: o desenvolvimento europeu é, não apenas, basicamente a ascensão ao poder da burguesia, mas civilizações não-europeias avançadas e ricas parecem ser casos de desenvolvimento interrompido, porque, ainda que não por culpa delas, elas nunca se livraram de seus grilhões por meio de uma revolução burguesa. E aqui também, assim como na economia política clássica e sua noção de “acumulação primitiva”, o salto adiante para o capitalismo “moderno” ocorreu porque a burguesia havia conseguido, de um jeito ou de outro, acumular riqueza suficiente.

Blaut tenta se dissociar da noção de “acumulação primitiva”, mas parece perder o ponto completamente. (BLAUT, 1993, p. 187-88 e p. 210) Acumulação a partir das colônias americanas, ele argumenta, não era uma certa forma “primitiva” de acumulação, mas, desde o início, “acumulação capitalista: de lucro.” Mas esta proposição simplesmente confirma sua afinidade com a concepção clássica, em que “acumulação primitiva” é de fato acumulação de “capital”.

“Capital”, nesta concepção, é indistinguível de qualquer outro tipo de riqueza ou lucro, e o capitalismo é basicamente mais do mesmo, assim como é para Blaut. “Acumulação primitiva” é “primitiva” somente no sentido de que representa a acumulação de uma massa de riqueza necessária antes da “sociedade comercial” poder alcançar maturidade. Nesse sentido, é muito parecido com a concepção do próprio Blaut da “acumulação de capital” prévia, que, depois de 1492 e da pilhagem das Américas, atingiu a massa crítica que fez o capitalismo “maduro” (ou, nos termos da economia política clássica, a “sociedade comercial”) possível. Como na economia política clássica, o argumento de Blaut foge da questão da *transição* para o capitalismo pressupondo sua existência em formas anteriores.

Como veremos em seguida, uma ruptura decisiva do modelo clássico veio com a crítica de Marx à economia política e a noção de “acumulação primitiva”, sua definição de capital não simplesmente como riqueza ou lucro, mas como uma relação social, e sua ênfase na transformação das relações sociais de propriedade enquanto a *real* “acumulação primitiva”. No entanto, os críticos da história eurocêntrica retornaram, mais ou menos, à velha noção.

Até no ponto em que eles divergem mais enfaticamente das histórias eurocêntricas clássicas, em suas ênfases no imperialismo, eles simplesmente invertem um velho princípio eurocêntrico. Nas considerações antigas, a Europa superou todas as outras civilizações ao remover obstáculos do desenvolvimento natural da “sociedade comercial”; na inversão anti-eurocêntrica, o fracasso de não-europeus para completar o processo de desenvolvimento, apesar do fato de terem chegado tão longe, foi causado pelos obstáculos criados pelo imperialismo ocidental.

Então aqui, novamente, parece não haver concepção de capitalismo enquanto uma forma social específica, com uma estrutura social distinta, relações sociais de produção distintas, que compele agentes econômicos a se comportarem de maneiras específicas e gerar leis de movimento específicas. E aqui, novamente, não há uma transição real. Da mesma forma que os velhos argumentos eurocêtricos tomavam

o capitalismo como certo, este também evita explicar a origem desta forma social específica – ou, mais precisamente, nega sua especificidade e assim evade a questão de sua origem – ao assumir sua existência anterior (“protocapitalismo”, para não mencionar formas de comércio e atividades mercantis anteriores).

Não há explicação de como uma nova forma social passou a existir. Ao invés disso, a história do capitalismo é a história em que práticas sociais antigas, sem começo histórico, cresceu e amadureceu – a menos que seu crescimento e maturação tenham sido frustrados por obstáculos internos ou externos.

Há, claro, variações dos temas antigos, a maioria deles o ataque ao imperialismo. Também há outros refinamentos como a ideia de “revolução burguesa” – embora até esta ideia, não importa o quanto esteja vestida em roupagens marxistas, não é fundamentalmente diferente das considerações eurocêntricas-burguesas que tratam a burguesia como agente do progresso e creditam a ela a libertação dos grilhões feudais que o impedia. Mas independente das variações introduzidas na história, basicamente o capitalismo é apenas muito mais daquilo que já existia no protocapitalismo e muito antes: mais dinheiro, mais urbanização, mais comércio e mais riqueza.

Desafiando o Eurocentrismo

Este tipo de argumento me parece uma regressão, que abre mão de muitos dos progressos que historiadores fizeram ao desafiar o modelo eurocêntrico. Os reais avanços em opor este modelo vêm de historiadores – principalmente marxistas, mas também historiadores econômicos como Karl Polanyi – que enfraqueceram a naturalização do capitalismo, a visão de que o capitalismo é basicamente uma extensão natural de certas práticas humanas universais, que ter-se-iam tornado universais se todos os povos do mundo fossem tão racionais e livres quanto os europeus.

Ao insistirem na especificidade histórica do capitalismo, eles desferiram um golpe fatal no princípio mais eurocêntrico de todos: que o caminho europeu de desenvolvimento culminando no capitalismo industrial é a ordem natural das coisas e que civilizações não-europeias que não seguiram este caminho, ou vacilaram em algum lugar do trajeto, falharam porque elas eram de alguma forma fatalmente imperfeitas.

O desafio começa com a crítica de Marx à economia política clássica e sua noção de “acumulação primitiva”. Em alguns de seus próprios esboços históricos (por exemplo, no *Manifesto*), Marx nunca se dissociou completamente do modelo antigo (que eu chamo de “paradigma burguês”). Ali, a origem do capitalismo não foi tanto explicada como pressuposta, como uma nova forma social à espera de libertação pela burguesia ascendente quando finalmente se livraram de seus grilhões feudais.

Para a abordagem “marxista” verdadeiramente distinta de Marx, nós temos que olhar sua crítica à economia política. Apesar desta abordagem ter sido obviamente mais desenvolvida em sua análise revolucionária do capitalismo contemporâneo, em sua dissecação da “assim chamada acumulação primitiva” no volume I do *Capital*, ele aplicou sua crítica para a questão histórica da origem do sistema.

Aqui, Marx rompeu decisivamente com o antigo paradigma e estabeleceu uma base para elaborações importantes de historiadores marxistas posteriores. Ele insistiu que a riqueza sozinha não era “capital”, que capital era uma relação social, que a mera acumulação de riqueza não era um fator decisivo na origem do

capitalismo, e que a transformação das relações sociais de propriedade – a expropriação de produtores diretos, especificamente na Inglaterra – era a real “acumulação primitiva”.

O ponto da crítica de Marx na “assim chamada acumulação primitiva” (e as pessoas frequentemente perdem o significado da frase “assim chamada”) é que nenhuma quantidade de acumulação, seja de roubo explícito, do imperialismo, do lucro comercial, ou até da exploração do trabalho para o lucro comercial, por si só constitui capital, nem produzirá o capitalismo.

A “acumulação primitiva” da economia política clássica é “assim chamada” porque o capital, como Marx define, é uma relação social e não apenas um tipo de riqueza ou lucro, e acumulação, dessa forma, não é o que causa o capitalismo. Claro que alguma riqueza acumulada é necessária, mas a pré-condição específica do capitalismo é a transformação das relações sociais de propriedade que geram as “leis de movimento” capitalistas: os *imperativos* da competição e da maximização do lucro, a *compulsão* por reinvestir os excedentes e uma *necessidade* sistemática e implacável para melhorar a produtividade do trabalho e desenvolver as forças produtivas.

A transformação crítica das relações sociais de propriedade, na explicação de Marx, aconteceu no meio rural da Inglaterra. Nas novas relações agrárias, senhores obtinham cada vez mais rendas derivadas de lucros comerciais de arrendatários capitalistas, enquanto muitos pequenos produtores eram expropriados e se tornavam trabalhadores assalariados.

Marx considera esta transformação rural como a real “acumulação primitiva”, não porque criou uma massa crítica de riqueza, mas porque estas relações sociais de propriedade geraram novos imperativos econômicos, especialmente as compulsões da competição, uma necessidade sistemática de desenvolver as forças produtivas, levando para novas leis de movimento como as que o mundo nunca havia visto antes.

No coração deste argumento estava a insistência de Marx na especificidade histórica do capitalismo. Isto significava que o capitalismo teve um início histórico e, portanto, um fim concebível. O capitalismo não era somente o produto de um processo natural inevitável, nem era o fim da história. Ele emergiu em condições históricas bem específicas. Se estava espalhando-se pelo mundo, isto não era por causa de qualquer “difusão” de ideias e práticas ocidentais inerentemente superiores, mas em função dos próprios imperativos específicos do capitalismo, seu impulso implacável por autoexpansão.

As visões de Marx foram elaboradas por historiadores marxistas posteriores, especialmente no famoso “Debate da transição” que começou em 1950 na *Science and Society*.⁴ Aqui, a questão principal era se a transição do feudalismo para o capitalismo ocorreu por fatores externos – em particular, o crescimento do comércio (como no “modelo mercantil”) – ou por fatores internos, um desenvolvimento das relações sociais de propriedade.

Neste debate, historiadores como Maurice Dobb e R.H. Hilton questionaram o modelo mercantil. No mínimo, eles mostraram como a dissolução do feudalismo ocidental e a transição para o capitalismo não ocorreu a partir da expansão do comércio, da urbanização ou do aumento da monetarização da economia. O feudalismo – um sistema constituído por uma relação entre camponeses sob posse dos meios de subsistência e senhores cuja autorreprodução dependia da extração de excedente por coerção

“extraeconômica” – era, eles argumentaram, compatível com um considerável nível de urbanização, enquanto o comércio era um recurso essencial do sistema.

Mesmo a difusão de rendas em dinheiro, ao invés de rendas em produto ou prestações de serviço, não mudou fundamentalmente a lógica do feudalismo. Ao invés disso, o fator crítico para provocar a transição foi as relações sociais de propriedade e a luta de classes entre senhores e camponeses.

Isto foi um questionamento importante para o modelo mercantil do desenvolvimento capitalista, mas ainda dividia suposições significativas com o antigo modelo. Embora esses historiadores marxistas tenham mudado o centro de gravidade da cidade para o campo, e da expansão do comércio para as relações e lutas entre as classes exploradoras e as exploradas, eles ainda assumiam muito do que ainda necessitava ser explicado.

Eles também tendiam a atribuir a emergência do capitalismo com a remoção de obstáculos – ainda que dessa vez, a ruptura não foi a libertação da burguesia (“protocapitalistas”) das correntes feudais, mas a luta de classes pelos camponeses. Libertos dos seus impedimentos feudais, eles poderiam, de acordo com esta explicação, começar a tirar proveito das oportunidades comerciais e provocar a transição para o capitalismo simplesmente ao crescerem de produtores de pequena produção mercantil para capitalistas de pleno direito.

Robert Brenner baseou-se nos fundamentos criados por estes historiadores marxistas e especialmente sua ênfase nas relações de classe entre senhores e camponeses.⁵ Mas ele claramente sentiu que seus predecessores ainda cediam em larga medida ao modelo antigo. Então, ao invés de assumir a existência anterior do capitalismo, tanto como “protocapitalismo” quanto como uma pequena produção mercantil que tentava romper os grilhões feudais para tornar-se um capitalismo maduro, ele procurou explicar a emergência de uma nova forma social sem precedente histórico.

Em outras palavras, Brenner delimitou a real *transição* de um modo de produção para outro. Ele dispôs de uma explanação detalhada de como as relações sociais de propriedade foram transformadas de modo que estas iniciaram uma nova dinâmica histórica, os imperativos de competição, a maximização do lucro e a tendência para o desenvolvimento implacável e sistemático das forças produtivas.

Sua explicação se relacionava com a emergência do que chamou de “dependência de mercado”, uma condição em que as unidades econômicas dependem do mercado para tudo que precisam, para os requerimentos mais básicos da subsistência e autorreprodução. Isto contrastou, por exemplo, com aqueles camponeses que, porque permaneceram em posse de seus meios de subsistência, foram blindados da competição e livres das compulsões do mercado, mesmo que eles estivessem envolvidos em trocas no mercado.

O argumento original de Brenner se concentrava na Inglaterra, onde certas relações sociais de propriedade bem específicas transformaram senhores e arrendatários dependentes do mercado e criaram uma economia sujeita aos imperativos do mercado. Mas, desde então, o autor elaborou um argumento procurando mostrar como em partes da Holanda, havia uma rota diferente para a dependência de mercado.⁶

Para Brenner, a divergência no desenvolvimento europeu, ou, mais precisamente do desenvolvimento capitalista em parte da Europa, encontra-se aqui, na emergência de um sistema de relações

sociais de propriedade dependentes do mercado, não nas “revoluções burguesas” ou no desenvolvimento posterior do capitalismo industrial. Ele claramente concebe o capitalismo como um sistema de *imperativos* de mercado – ou seja, como um sistema em que o mercado funciona não apenas como uma oportunidade de troca de alguns bens por outros, ou até para obter lucro e adquirir riqueza, mas como uma *necessidade*, uma *compulsão*, que impõe à produção e à reprodução social certas exigências inescapáveis de competição, maximização do lucro e aumento da produtividade do trabalho.

Como outros historiadores marxistas como E.P. Thompson, Brenner entende a industrialização não como um processo trans-histórico de mudança tecnológica, nem como um simples produto do “capital” acumulado (*i.e.*; a riqueza por si só), nem a causa do distinto desenvolvimento econômico da Europa, mas o produto final destes imperativos econômicos específicos que resultaram de relações sociais de propriedade bem particulares. A assim chamada Revolução Industrial foi a consequência desta economia já estruturada através das relações sociais de propriedade capitalista, que moldaram o desenvolvimento tanto da agricultura quanto da indústria.

O argumento de Brenner ainda desafiou a antiga concepção de “revolução burguesa”. Ele criticou o argumento como sendo apenas uma nova forma de evitar a questão da *transição* ao assumir a pré-existência do capitalismo, na pessoa do burguês “protocapitalista”, apenas esperando para romper com as correntes feudais. Seu argumento também é significativo porque quebrou com o antigo hábito eurocêntrico de tratar o desenvolvimento do capitalismo como um processo europeu generalizado, como se fosse de alguma forma o produto da superioridade racial ou cultural europeia.

Brenner não só insistiu na especificidade do capitalismo como distinto de outras sociedades comerciais fora da Europa do início da modernidade, como também identificou as condições sociais que distinguiu uma sociedade europeia de outra, dando origem ao capitalismo na Inglaterra, mas não, digamos, na França. A questão, claro, não era a superioridade da Inglaterra sobre a França, ou da Europa Ocidental sobre a parte Oriental, ou da Europa em relação a qualquer outro lugar. Foi simplesmente uma questão de condições históricas muito específicas em que uma forma social igualmente específica emergiu, as relações sociais de propriedade historicamente específicas do capitalismo.

Há, em minha visão, muito mais a ser feito. Nós precisamos, por exemplo, explicar as dinâmicas das sociedades altamente comerciais que não se tornaram capitalistas, ao menos não até estas serem pressionadas por economias capitalistas já existentes em outros lugares. Vários tipos de comércio não capitalistas existiram tanto na Europa quanto em outras localidades, muito antes do capitalismo e no interior da era capitalista. Algumas potências comerciais conquistaram grande fortuna e riqueza cultural, e o comércio nestes centros estiveram, algumas vezes, associados com uma produção substancial, tanto em casa quanto nas colônias.

No entanto, na ausência de certas transformações nas relações sociais de propriedade, que tornaram a competição, a maximização do lucro e o desenvolvimento implacável das forças produtivas condições necessárias para a sobrevivência e reprodução sistêmica, até a mais rica e a mais avançada destas sociedades comerciais não iniciou o processo autossustentável de desenvolvimento econômico que, em parte da Europa, deu origem ao capitalismo e eventualmente sua forma industrial.

O que torna estes casos ainda mais interessantes é que em alguns deles, o nível de desenvolvimento comercial, cultural e até tecnológico excedia substancialmente aqueles da Inglaterra quando esta decolou em seu distinto caminho de desenvolvimento capitalista. A China, por exemplo, esteve por muito tempo à frente da Europa em geral, até mesmo em tecnologia (e suas realizações, por sinal, nunca foram tão prodigamente reconhecidas do que no Iluminismo eurocêntrico).

Até histórias econômicas convencionais irão reconhecer a importância da economia indiana e especialmente a sua indústria têxtil. Nem seria novidade, até para o historiador ocidental mais reacionário, que os europeus no período medieval tomaram emprestado massivamente dos árabes, cujas realizações científicas em particular eram muito superiores. Este catálogo de superioridade não europeia poderia seguir indefinidamente, citando realizações de vários tipos na África e nas Américas. E até dentro da própria Europa, no final da Idade Média e no Renascimento florentino, em qualquer medida de sofisticação comercial, manufatura doméstica ou realizações culturais estavam bem à frente da estagnação que a Inglaterra estava antes de sua transformação capitalista.

Mas o ponto é precisamente que a superioridade no desenvolvimento cultural, tecnológico e até comercial não tinha nada a ver com as condições específicas que geraram o capitalismo em um lugar e não em outro. Historiadores anti-eurocêntricos estão certos de enfatizar o atraso da Europa, e especialmente da Inglaterra. Mas isso vai contra, e não a favor, dos pressupostos básicos do modelo mercantil e a teoria clássica da acumulação primitiva, tanto no antigo modelo eurocêntrico quanto em sua inversão anti-eurocêntrica.

A emergência do capitalismo é difícil de ser explicada precisamente por que *não* esteve conectada com qualquer “superioridade” anterior ou desenvolvimento mais avançado.

Capitalismo e Imperialismo

Mas se ainda temos um longo caminho a percorrer, os elementos básicos para uma investigação séria para a história eurocêntrica já estão colocados, e me parece um retrocesso desistir dos ganhos que já fizemos. É particularmente contraproducente negar a especificidade do capitalismo ao diluir seu significado para encobrir qualquer padrão concebível do desenvolvimento histórico em que há uma comercialização e a “acumulação primitiva” de riqueza. E novamente, parece mais do que inútil agrupar, sob a rubrica de “Eurocentrismo”, tudo desde o racismo raivoso até as histórias marxistas que insistem na especificidade histórica do capitalismo.

A ironia é que os argumentos anti-eurocêntricos padrão tendem a impedir nosso entendimento não apenas do capitalismo, mas também do imperialismo. Isto não é negar que eles nos ofereceram uma riqueza de importantes e perturbadoras informações acerca dos males do imperialismo ocidental, mas tendemos a perder de vista como e por que funcionou daquela forma.

O primeiro ponto, e o mais óbvio, é que a maior parte das potências da Europa dos séculos XVI e XVII estavam profundamente envolvidas com empreendimentos coloniais, conquista, saque, opressão e escravidão. No entanto, esses empreendimentos eram associados com padrões bem diferentes de desenvolvimento econômico, em que somente um era capitalista.

Na verdade, o único caso inequívoco de desenvolvimento capitalista, a Inglaterra, foi notoriamente lento em embarcar na colonização ultramar, ou até em dominar rotas de comércio; e o desenvolvimento de suas distintas relações sociais de propriedade – o processo de “acumulação primitiva” não no sentido da economia política clássica, mas no sentido marxista, de transformação das relações sociais de propriedade no meio rural – já estava bem encaminhado no momento em que tornou-se uma grande competidora na corrida colonial.

No mesmo período, a Espanha, a potência dominante do início da era colonial e líder na “acumulação primitiva” do tipo clássico, que acumulou uma riqueza imensa, especialmente das minas de ouro e prata da América do Sul, e era dotada com “capital” no sentido simples de riqueza, não se desenvolveu na direção capitalista. Em vez disso, a Espanha gastou sua massiva fortuna colonial em objetivos essencialmente feudais, especialmente a guerra e a construção do império Habsburgo na Europa. Tendo estendido demais e sobrecarregado seu império europeu, ele entrou em um declínio profundo e de longo prazo nos séculos XVII e XVIII.

Ainda nos resta a questão de porque o colonialismo foi associado com o capitalismo em um caso e não em outro. Até aqueles que são menos interessados na origem do capitalismo do que na “Revolução Industrial”, no período em que a Inglaterra realmente havia se tornado uma potência imperial proeminente, ainda têm de explicar por que a associação do capitalismo com o imperialismo produziu o capitalismo industrial neste caso e não em outros.

Parece-me muito difícil evitar a conclusão que muito, se não tudo, dependeu das relações sociais de propriedade na casa da potência imperial, as condições particulares da reprodução sistêmica associada com aquelas relações de propriedade e os processos econômicos particulares impulsionados por estas. A riqueza acumulada através da exploração colonial pode ter contribuído substancialmente para aprofundar o desenvolvimento, mesmo que não fosse uma pré-condição necessária para a *origem* do capitalismo. E uma vez que o capitalismo britânico, especialmente em sua forma industrial, estava bem estabelecido, foi possível impor os imperativos capitalistas em outras economias com diferentes relações sociais de propriedade.

Mas nenhuma quantidade de riqueza colonial teria tido estes efeitos sem os imperativos gerados pelas relações domésticas de propriedade inglesas. Se a riqueza das colônias e o tráfico de escravos contribuiu para a revolução industrial britânica, isto ocorreu porque a economia britânica já estava, há muito tempo, estruturada pelas relações sociais de propriedade capitalistas. Em contraste, a riqueza verdadeiramente enorme acumulada pela Espanha e Portugal não teve esse efeito, porque eram economias inequivocamente não capitalistas.

Irlanda: um novo modelo colonial

Há, no entanto, mais à história. Se a Inglaterra teve um início tardio nos empreendimentos ultramarinos, começou precocemente mais perto de casa. A dominação da Irlanda foi o primeiro real empreendimento imperial da Inglaterra. Mas, embora houvesse uma longa história de esforços para estender as regras e leis inglesas para “a Irlanda selvagem”, assim como em outras partes das ilhas britânicas, uma campanha combinada pelo direito de colonização, por meio de conquistas e “*plantation*” de larga escala,

realmente decolou no final do século XVI – justamente no momento em que as relações de propriedade domésticas inglesas estavam passando por seus próprios desenvolvimentos significativos.

Um novo padrão de colonização emergiu, que foi menos a causa do que o resultado da transição da Inglaterra para o capitalismo. Este padrão também se tornou o modelo da colonização inglesa para o Novo Mundo.

O ponto aqui é, na Irlanda e depois em outros lugares, os ingleses desenvolveram uma forma de colonialismo diferente do imperialismo de seus rivais europeus. Comparado com os outros impérios europeus, os ingleses eram notáveis, primeiramente, pela proeminência das colônias de assentamento brancas como distintas de outras formas de dominação imperial, tais como impérios comerciais ou conquistas com o objetivo de apropriar mercadorias preciosas como prata; e existem algumas conexões claras entre este tipo de colonização, especificamente no modelo britânico, e o desenvolvimento do capitalismo doméstico.

O povoamento da Irlanda diferiu ainda de outros assentamentos coloniais europeus e refletia a lógica do início do capitalismo agrário. Os espanhóis tinham seu sistema de *encomienda*, subjugando as populações locais em uma forma de escravidão. Os franceses na Nova França tinham seu sistema *seigneuries quasi-feudais*. Os holandeses tinham suas feitorias e assentamentos para facilitar o comércio e prover navios mercantis. *Plantations* escravistas para a produção de mercadorias altamente comerciáveis como açúcar se tornaram recursos comuns para ambos os imperialismos antigo e novo. Mas o padrão dos empreendimentos do início da era colonial inglesa teve, certamente, características distintas que refletiram seus desenvolvimentos domésticos particulares (não menos importante, um excedente populacional expropriado pelo capitalismo agrário).

Os ingleses na Irlanda colocaram de forma bastante explícita sua intenção de substituir as formas de propriedade nativas tradicionais e as relações sociais com as relações de propriedade do sudeste da Inglaterra, o berço do capitalismo agrário. Eles fizeram isso em parte impondo o novo sistema aos arrendatários irlandeses, mas, mais especificamente, expropriando os irlandeses por completo e substituindo-os por colonos ingleses e escoceses, que deveriam transplantar uma agricultura comercial produtiva e lucrativa.

Foi na Irlanda, também, que os ingleses começaram a desenvolver um aparato ideológico para justificar a expropriação das populações nativas baseada na justificativa de que eram improdutivas, isto é, não produziam de maneira eficiente e para o lucro comercial – em termos exatamente como aqueles usados para justificar os cercamentos domésticos na Inglaterra. Expropriação para o motivo de “melhoria”, a promoção de produtividade para o lucro continuou a ser objeto no Novo Mundo – exceto que limpar a terra de seus habitantes indígenas assumiu cada vez mais uma forma violenta, final e genocida.

Há, obviamente, muito mais a ser dito sobre os vários aspectos do imperialismo britânico, ambos no Novo Mundo e depois na África e na Ásia, onde adquiriu formatos diferentes. Há muito mais a ser dito sobre como formas ainda mais antigas, incluindo a escravidão, foram moldadas pela lógica do capitalismo.

Mas o ponto principal aqui é, não importa o quanto mais enfatizemos o papel do imperialismo no desenvolvimento econômico europeu, ainda nos restam questões essenciais sobre porque os vários tipos de

imperialismo europeus foram o que foram e tiveram consequências particulares e variadas como tiveram. Enquanto nós podemos entender o início do império espanhol, seus motivos e resultados, sem evocar o capitalismo, é simplesmente impossível compreender o império britânico sem situá-lo em um contexto de desenvolvimento capitalista.

Conclusão

Uma das lições mais importantes que podemos aprender através de Marx e dos melhores historiadores marxistas é que não precisamos tomar o capitalismo como certo. O capitalismo é uma forma social historicamente específica, com sua própria lógica sistêmica distinta e suas contradições específicas, que passou a existir por meio de um processo inteligível de mudança, em tempos e espaços específicos, por diferentes razões históricas particulares. Isto é de vital importância não somente porque nós precisamos entender estas especificidades para poder combater o sistema, mas também porque há alguma coisa profundamente libertadora sobre entender o capitalismo desta forma e porque sem isto, o socialismo é literalmente inconcebível.

Entendendo o capitalismo como uma forma histórica específica é libertador por outras maneiras também. Assim como libertar o mundo do capitalismo é uma condição indispensável para libertá-lo do imperialismo, insistir na especificidade histórica do sistema capitalista sempre me pareceu essencial para libertar o mundo da “arrogância cultural” ocidental.

Nunca me ocorreu de que esta ênfase na especificidade histórica do capitalismo, sua natureza distinta e sua origem histórica específica é uma marca de Eurocentrismo. Pelo contrário, eu não sei uma maneira mais eficaz de perfurar o senso de superioridade ocidental do que desafiar a convicção triunfalista de que a trajetória de desenvolvimento histórico ocidental é o caminho natural e inevitável das coisas.

Parece completamente autodestrutivo tentar desafiar este triunfalismo ao se apropriar de suas suposições mais básicas acerca da natureza do capitalismo. É certamente ainda mais perverso validar a superioridade do capitalismo tratando-o como o padrão universal de mérito e progresso.

É como se, ao reivindicar o capitalismo para si mesma, a Europa estivesse apropriando tudo que é bom e progressista, como se um caminho histórico diferente apresentasse um fracasso, e como se pudéssemos afirmar o valor de outras sociedades apenas ao alegar que elas realmente desenvolveram o capitalismo (ou no mínimo “protocapitalismo”), ou que elas poderiam e teriam feito isso se a história tivesse permitido seguir seu curso natural.

Referências:

ASTON, T. H.; PHILPIN, C.H.E. (ed.). *The Brenner debate: agrarian class structure and economic development in pre-industrial Europe*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BLAUT, James Morris. *The colonizer's model of the world: geographical diffusionism and eurocentric history*. New York; London: Guilford, 1993. BLAUT, James Morris. *Eight eurocentric historians*. New York: Guilford, 2000.

BRENNER, Robert. Bourgeois revolution and transition to capitalism. In: BEIER, A.L. et al (ed.). *The first modern society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

GUNDER FRANK, Andre. *Reorient: global economy in the Asian Age*. Berkeley: University of California Press, 1998.

HILTON, Rodney (ed.). *The transition from feudalism to capitalism*. London: Verso, 1976.

Notas

* Agradecemos a *Against the current*, em especial à editora Dianne Feeley pela autorização para publicar esta importante reflexão de Ellen M. Wood em português. Referência completa: WOOD, Ellen M. Eurocentric Anti-Eurocentrism. *Against the Current*, n.92, mai.-jun. 2001. Disponível em: <https://againstthecurrent.org/atc092/p993/>. Acesso em 22 set. 2021.

¹ Ellen Meiksins Wood (1942-2016), historiadora estadunidense marxista, exerceu a docência na Universidade York, de Toronto/Canadá, e foi autora de diversos livros. No Brasil, temos as traduções dos livros *Em defesa da história* (organizadora junto com John Bellamy Foster, Jorge Zahar editor, 1999), *A origem do capitalismo* (Jorge Zahar editor, 2001), *Democracia contra capitalismo* (Boitempo, 2003) e *O império do capital* (Boitempo, 2014).

² Mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), bacharel e licenciado em História pela Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e doutorando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (UFF). Professor substituto do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) e membro do Translatio Studii (UFF). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8345195797971094>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1353-3132>. E-mail: lucaswgirardi@hotmail.com.

³ Mestra em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutoranda em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8232598263921215>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1054-9924>. E-mail: carolina.ferreirafigueiredo@gmail.com.

⁴ O debate original, com algumas adições, foi republicado em Rodney Hilton (1976). [N.T.: Para uma edição em português, ver: HILTON, R.H (org.). *A transição do feudalismo para o capitalismo: um debate*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1977.]

⁵ Ver especialmente seus capítulos em ASTON; PHILPIN (1985). Sobre “revolução burguesa”, ver *Bourgeois Revolution and Transition to Capitalism*, em BEIER et al., 1989.

⁶ O argumento de Brenner sobre a Holanda aparecerá no próximo número da *Journal of Agrarian Change*. Tenho algumas dúvidas sobre este argumento, que abordarei em um artigo que também aparecerá na *JAC* algum tempo depois da publicação dele.

Recebido em: 22 de set. 2021

Aprovado em: 27 de mar. 2022